

## Saúde na COP30: Brasil lançará "Plano de Belém" e propõe "mutirão" global

Vinicius Ameixa<sup>6</sup>

Em seminário promovido pelo Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS/Fiocruz), especialistas, gestores e pesquisadores apresentaram argumentos técnicos e políticos para transformar a saúde em eixo central das negociações da **COP30**, que ocorrerá em Belém (PA). O encontro “**Seminários Avançados CRIS em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2025: Saúde na COP 30**” reuniu representantes do Ministério da Saúde, da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), da Fiocruz e de redes acadêmicas e da sociedade civil, entre eles **Mariângela Simão** (Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde), **Daniel Buss** (OPAS), **Guto Galvão** (CRIS/Fiocruz; EFA 2030), **Danielly Magalhães** (pesquisadora — cooperação com Columbia University; EFA 2030), **Maurício Barreto** (CIDACS/Fiocruz Bahia), **Rômulo Paes** (Fiocruz Minas/Abrasco; EFA 2030) e o professor e ativista indígena **André Fernando Baniwa**.



Desde a abertura, o tom foi de urgência e mobilização coletiva. O coordenador do CRIS, **Paulo Buss**, sintetizou a motivação do seminário com uma fala direta e assertiva:

“Estamos diante de uma crise que não é abstrata — é uma crise que afeta a vida de pessoas, sobretudo das mais vulneráveis. É hora de colocar a saúde no centro das negociações climáticas e transformar compromissos em ações concretas. O Brasil pode e deve liderar esse movimento global.”

<sup>6</sup> Membro de Estratégia FIOCRUZ Agenda 2030 (EFA 2030). Publicado originalmente em FIOCRUZ Notícias, em 6/11/2025. Fonte: <https://fiocruz.br/noticia/2025/11/saude-na-cop30-brasil-lancara-plano-de-belem-e-propoe-mutirao-global>

A leitura compartilhada entre os palestrantes é de que a COP30, a ser realizada na Amazônia, é mais do que uma conferência: é uma oportunidade de reposicionar o país como referência mundial na integração entre **saúde, clima e justiça social**.

### **Um plano com metas, prazos e participação social**

A secretária **Mariângela Simão** apresentou o **Plano de Ação em Saúde de Belém (Belém Health Action Plan)**, construído pelo Ministério da Saúde em parceria com a OMS, a OPAS e instituições de pesquisa. Segundo ela, o documento é resultado de um processo inédito de cooperação intersetorial e interinstitucional e tem como meta fortalecer a **adaptação e resiliência do setor saúde** diante da crise climática.

“O Plano de Belém traduz o compromisso do Brasil com uma agenda de saúde climática justa, equitativa e baseada em evidências. Ele organiza 15 resultados e cerca de 60 ações em três linhas estratégicas: vigilância e monitoramento informados pelo clima; fortalecimento de capacidades e políticas baseadas em evidências; e inovação, produção e saúde digital. Tudo isso sustentado por dois princípios transversais — equidade e justiça climática, e governança com participação social.”

Mariângela detalhou que o plano propõe a criação de sistemas de alerta precoce, planos de segurança hídrica e alimentar, ações de proteção à saúde de trabalhadores em contextos extremos e programas de adaptação para doenças sensíveis ao clima, como dengue e malária. O “**Dia da Saúde**” na **COP30** — marcado para **13 de novembro de 2025** — será dedicado à apresentação oficial dessas metas e ao lançamento de documentos de apoio produzidos em parceria com a sociedade civil e redes científicas.

“A COP30 será histórica. Vamos apresentar em Belém um plano estruturado, construído coletivamente e com base na ciência. O SUS não pode mais ignorar a emergência climática, e o Brasil está pronto para liderar um mutirão global pela saúde e pelo clima”, afirmou.

Ela explicou ainda que o Ministério da Saúde busca o endosso de países e organizações ao Plano de Belém, criando uma coalizão internacional para monitorar os avanços até a **COP33, em 2028**.

### **Dados do Lancet Countdown mostram urgência sem precedentes**

Em seguida, **Daniel Buss**, da OPAS, apresentou dados do relatório **Lancet Countdown América Latina**, reforçando que os impactos das mudanças climáticas sobre a saúde já são mensuráveis e se intensificam rapidamente.

“Em 2023, as Américas registraram mais de 13,5 milhões de casos de dengue — quatro vezes mais do que o ano anterior. É o maior número já registrado. Ao mesmo tempo, a exposição ao calor extremo e a mortalidade associada ao calor crescem ano a ano. Crianças pequenas e idosos são os mais afetados. Isso não é uma previsão: é uma realidade.”

Buss destacou que o aquecimento recorde de 2024 agravou incêndios e inundações, ampliando as perdas econômicas e a insegurança alimentar. Segundo ele, o Brasil, o México e o Chile concentram algumas das maiores perdas financeiras por eventos climáticos na região.

“A crise climática se impôs à saúde pública. Precisamos antecipar riscos, integrar dados e financiar respostas. O Plano de Belém é um farol nessa direção — um exemplo de como alinhar vigilância, governança e justiça climática.”

Ele também reforçou o papel da **Aliança Transformadora de Ação em Clima e Saúde (ATA-Health)**, que reúne mais de 100 países e será central na COP30 para ampliar a cooperação internacional em saúde climática.

### **CIDACS Clima: ferramenta brasileira para mapear vulnerabilidades regionais**

O pesquisador **Maurício Barreto**, da Fiocruz Bahia, anunciou o lançamento da **plataforma CIDACS Clima**, que será apresentada durante a COP30. A ferramenta inova ao integrar grandes bases de dados epidemiológicos, ambientais e sociais para identificar **vulnerabilidades regionais e projetar impactos climáticos sobre a saúde**.

“O CIDACS Clima integra diferentes bancos de dados e oferece diagnósticos locais sobre riscos e vulnerabilidades. Isso permitirá que municípios se antecipem a eventos extremos, ondas de calor e surtos vetoriais, orientando políticas preventivas e economizando recursos. É informação transformada em ação.”

Barreto enfatizou que o sistema já está em fase de testes em parceria com o Ministério da Saúde e que a ideia é disponibilizar os dados para gestores de todo o país, reforçando a capacidade de resposta e adaptação do SUS.

### **Formação, capacitação e Cooperação Internacional**

A pesquisadora **Danielly Magalhães**, integrante da **Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030 (EFA 2030)** e professora da **Columbia University**, trouxe ao debate a importância da formação de recursos humanos e do fortalecimento das capacidades institucionais para implementar as ações previstas no **Plano de Belém**.

“O desafio das mudanças climáticas é também um desafio de formação. Precisamos preparar profissionais da saúde, gestores e pesquisadores para lidar com dados climáticos, tecnologias digitais e comunicação de risco. A integração entre academia, serviços e comunidades é essencial para que as respostas sejam sustentáveis e situadas no território.”

Danielly ressaltou a necessidade de promoção de cursos e oficinas que conectam ciência, inovação e ação local, articulando redes regionais e internacionais de aprendizagem. Segundo ela, a cooperação com instituições como a Columbia University reforça a dimensão transdisciplinar da agenda de saúde e clima, ao unir saberes da epidemiologia, das ciências sociais e da economia da saúde.

“O conhecimento precisa circular. A transdisciplinaridade e o diálogo internacional não são acessórios, mas fundamentos para enfrentar a crise climática como problema de saúde global. O Brasil tem muito a ensinar e também muito a aprender nesse processo.”

### **Governança, participação e equidade como fundamentos da resposta**

O pesquisador **Rômulo Paes**, da **Fiocruz Minas**, da **Abrasco** e da **EFA 2030** abordou o tema da governança em saúde e destacou a necessidade de incorporar mecanismos permanentes de participação social na implementação das políticas climáticas.

“A resposta à crise climática não é apenas técnica, é política. Envolve distribuição de poder, recursos e reconhecimento de saberes. Sem participação social, sem controle social, não há sustentabilidade nem equidade.”

Paes chamou atenção para a importância de vincular o Plano de Ação em Saúde de Belém aos instrumentos de planejamento do SUS e às conferências nacionais de saúde,

garantindo que as populações mais afetadas — povos indígenas, comunidades tradicionais, populações urbanas periféricas — tenham voz nos processos decisórios.

“O enfrentamento das mudanças climáticas exige um Estado presente e uma sociedade mobilizada. A COP30 será um marco se conseguir mostrar que a saúde é uma arena de democracia e de justiça climática.”

### **Saberes tradicionais e medicina indígena: “A terra é o que garante o bem viver”**

Fechando o seminário com uma fala emocionada e repleta de simbolismo, **André Fernando Baniwa**, professor e ativista indígena brasileiro, trouxe a perspectiva dos povos tradicionais e da medicina indígena para o centro do debate.

“Não existe mais a opção de não tratar o tema das mudanças climáticas. É imperativo que os países adotem disciplinas climáticas nas escolas e que o conhecimento tradicional seja parte da solução. Precisamos nos antecipar aos problemas de saúde provocados pelo clima.”

Baniwa destacou o trabalho da **CESAI — Secretaria de Saúde Indígena do Ministério da Saúde** — que estará presente na COP30 e tem desenvolvido, em parceria com pesquisadores e lideranças indígenas, um **programa nacional das medicinas indígenas**, atualmente em fase final de construção. A iniciativa é baseada nas **Conferências Nacionais de Saúde Indígena**, que somam mais de 39 anos de história e, pela primeira vez, resultarão em uma política específica para o reconhecimento e valorização das medicinas tradicionais.

“As medicinas indígenas não são práticas do passado. São saberes vivos, construídos empiricamente ao longo de gerações. Quando a sociedade não indígena entende essa originalidade, cai por terra a mistificação e o preconceito que vieram com a colonização. A tradução cultural é o que permite compreender que a sabedoria tradicional é também ciência.”

Ele relatou que **400 representantes indígenas** foram selecionados para participar da **zona azul da COP30**, levando suas experiências e propostas para os debates oficiais. O grupo busca garantir que o **documento final da COP30 reconheça as terras indígenas como fundamentais na luta contra a crise climática**.

“Uma terra homologada significa o bem viver dos povos indígenas — e isso também é proteção da saúde e do planeta. Nossa mensagem é de presença e reconhecimento. Se a humanidade continuar na lógica perversa do lucro, sem considerar as questões climáticas, perderemos a manutenção da vida na Terra.”

### **Um chamado ao futuro**

O seminário **“Saúde na COP30”** reafirmou a convergência entre ciência, política e saberes tradicionais. Ao mesmo tempo em que o **Plano de Belém** organiza respostas técnicas e governamentais, as falas de cientistas e lideranças como **Baniwa** ampliaram a compreensão da saúde climática como tema civilizatório — que une dados, direitos e culturas.

Como sintetizou **Guto Galvão**, também integrante da **EFA 2030**, ao encerrar o evento: “A presidência brasileira da COP abre uma janela de oportunidade. Temos um plano sólido, redes de pesquisa engajadas e uma sociedade civil ativa. Cabe a nós transformar esse momento em um mutirão global por saúde, clima e vida.”